

Presidenta do Conselho Estadual de Direitos das Mulheres, militante dos direitos humanos, presidenta estadual da União Brasileira de Mulheres do RS<sup>1</sup>

Assistente Social. Mestra em Políticas Sociais e Serviço Social (UFRGS). Militante feminista e antirracista<sup>2</sup>

## Políticas Públicas para as mulheres: desafios emergentes



Fabiane Dutra<sup>1</sup>

O presente artigo objetiva refletir sobre a importância da efetividade das políticas públicas e da luta social para as mulheres na realidade brasileira. Somos mulheres trabalhadoras no campo das políticas sociais e militantes do movimento feminista e da luta antirracista. Por isso, a partir de uma perspectiva crítica, miramos a realidade na sua totalidade, reconhecendo os processos históricos e as contradições que a conformam.

Em um país onde as mulheres são cerca de 53% da população, apenas em 2010 levamos uma de nós ao maior posto de poder político no Brasil: o da presidência da República. Dilma Rousseff acabou sendo golpeada durante seu segundo mandato de maneira completamente arbitrária, vítima de manobras arquitetadas por políticos corruptos e misóginos, que visavam dar fim a um período de muitas conquistas em políticas públicas, fruto de anos de lutas e debates, especialmente de minorias políticas como mulheres, negros e negras, juventude, população lgbtqi+, pessoas com deficiência, indígenas.

O Brasil tem um arcabouço legal sobre os direitos das mulheres dos mais avançados do mundo, mas estamos em luta constante para efetivá-los. Isto demonstra que, tão importante quanto a política pública para mulheres, é a nossa participação no controle social dessas políticas, participando dos conselhos de direitos, exercendo nosso papel de cidadãs e fazendo a fiscalização.

### **A LUTA DAS MULHERES POR POLÍTICAS SOCIAIS: AVANÇOS E RETROCESSOS**

A efetivação das políticas sociais no Brasil é um campo em movimento, permeado por muitas lutas da classe trabalhadora em meio a ofensiva neoliberal que põe em xeque a garantia de um conjunto de direitos e políticas públicas. Trata-se de um campo contraditório e de disputa.

O Estado, através das políticas sociais, pode acelerar ou diminuir a desigualdade de gênero. Da mesma forma, a pressão dos movimentos sociais organizados tensiona esse mesmo Estado a construir alternativas e políticas públicas para a melhoria de vida de diversos segmentos da população.

Nos anos 2000, com a eleição de Lula para a presidência, surgiu a criação da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, o que ocorreu em 2003. Diversas conferências de políticas públicas foram um marco dos governos Lula e Dilma, e as políticas públicas para as mulheres passaram a acontecer a partir destes governos. De caráter consultivo ou deliberativo, as conferências apostaram na participação da sociedade como ferramenta de processos decisórios e de legitimação das decisões políticas. As conferências são grandes espaços de controle social, momentos amplos e democráticos de



Eriane Pacheco<sup>2</sup>

discussão e articulação coletivas em torno de propostas e estratégias de organização.

O ciclo dos governos populares terminou com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016, o que acirrou a disputa de projetos de sociedade no Brasil. O país se polarizou e cresceu o discurso conservador, machista e misógino em nossa sociedade, ancorado no avanço do discurso de ódio.

Nós, mulheres, estávamos em Brasília participando da conferência nacional de políticas para as mulheres, em 2016, quando o processo de golpe teve início. Milhares de mulheres reafirmaram a importância do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, defendendo conquistas como a Lei Maria da Penha (política construída no governo Lula) e a tipificação criminal do Feminicídio (política construída no governo Dilma). Após o golpe, seguiu-se um processo de perseguição ao, então, ex-presidente Lula, que culminaria em sua prisão baseada em convicções de membros do judiciário, sem possuírem provas concretas, mas sim interesses pessoais, econômicos e políticos, em especial a decisão de não lhe permitir concorrer novamente em 2018.

Assim, viveríamos em 2018 uma eleição das mais difíceis da nossa história, com muita mentira espalhada pelas redes sociais e crescente violência política de gênero, focada em desconstituir a imagem e liderança da candidata a vice-presidência Manuela D'Ávila, o que gerou um movimento de repulsa das feministas ao candidato da extrema direita, Jair Bolsonaro, com o #EleNão. De certa forma, nós, mulheres, já sabíamos que ocorreria um grande prejuízo para as políticas públicas conquistadas no último período e, infelizmente, estávamos certas!

O Ministério das Mulheres tornou-se da família - mas não de todas as famílias -, passando a ser um espaço hostil para as feministas e para os grupos que defendem

equidade de direitos. O controle social das políticas públicas foi completamente desarticulado, sendo que o seu papel fiscalizador e impulsionador das políticas foi impedido e sabotado pelo controle pentecostal ligado à ex-ministra da pasta, Damares Alves. Logo no início do governo, tivemos que ouvir: meninas deveriam usar rosa e meninos azul. Trata-se de um enorme absurdo proferido por quem deveria ser responsável em virtude do papel institucional que estava exercendo. Assim, iniciou-se um longo período de resistência, de derrotas e ataques às nossas conquistas, onde momento em que vimos diminuir cada vez mais os recursos para as políticas públicas conquistadas anteriormente, assim como o descaso contínuo com a vida de mulheres e meninas em todos os cantos do país. As políticas de enfrentamento e combate à violência perderam investimento, o dis-que 180 chegou a ficar inoperante e até mesmo os casos de aborto previstos em lei precisaram ser judicializados para que fossem garantidos e mantivessem a vida de meninas e mulheres.

Recentemente, conquistamos uma vitória eleitoral importante nas eleições em 2022, um novo governo progressista, após a libertação de Lula com a descoberta de toda a fraude da operação Lava-jato. Isto nos permitiu a retomada de conquistas e políticas públicas essenciais em várias áreas, como a licença maternidade para o bolsa atleta, os investimentos em educação infantil, mais meninas nas ciências e a recente vitória na votação do PL da igualdade salarial enviada pelo governo ao Congresso.

Nós, mulheres, que perdemos muito com a eleição de um governo que flertou com o fascismo, estivemos na linha de frente de sua derrota, em uma campanha que também aumentou nossa representatividade nos espaços legislativos, elegendo mulheres negras, indígenas, lésbicas e transexuais. Sabemos que o mercado faz

---

A INTERSECCIONALIDADE ENTRE AS POLÍTICAS  
SOCIAIS E, AS LUTAS DA POPULAÇÃO ORGANIZADA, EM ESPECIAL  
DAS MULHERES E DA POPULAÇÃO NEGRA, PODEM PROMOVER  
AVANÇOS VITAIS PARA A SOCIEDADE

---

e seguirá fazendo pressão por seus interesses, e igualmente devemos realizar a nossa pressão, com unidade e amplitude de articulações entre os movimentos sociais organizados e em diálogo com toda a sociedade para a retomada de conquistas tão importantes.

Na área de saúde pública, as políticas para as mulheres devem ser de saúde integral, mental, sexual e reprodutiva, acolhaendo-nos na multiplicidade de nossos corpos,, em nossa diversidade sexual, sejamos magras, gordas, com deficiência e intergeracional, compreendendo particularidades da primeira infância à velhice. Deve ser investido na política e economia do cuidado, algo que nos sobrecarrega, nos adoce e não temos suporte através do Estado, para que sejamos cuidadas por cuidar.

Políticas públicas de habitação precisam ser ampliadas, levando em conta desde o saneamento até o transporte e os equipamentos sociais, para assim facilitar a vida cotidiana de chefes de família, mães solo e, famílias atípicas, barrando os despejos de quem não tem sequer um lugar para viver em paz. Além do lazer e entretenimento, o esporte também deve ser visto como agente promotor de saúde, bem estar físico e mental, podendo ainda promover a economia e gerar renda, o que possibilita a sua efetivação como uma política pública importante para a vida das mulheres. Da mesma forma, é necessário realizar o combate à fome, à desnutrição e, ao envenenamento dos nossos corpos, mediante uma política de soberania alimentar aliada à preservação dos recursos naturais, assim como a agroecologia, a conservação do nosso habitat, e a preservação do meio ambiente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental associar a luta contra a violência de gênero ao combate contra todas as formas de violência na sociedade capitalista e contra o sistema social que a sustenta. É preciso ainda propor políticas mais estruturantes, visando a redução dos índices de violência em geral e da violência de gênero. Nesse sentido, políticas voltadas para a autonomia econômica e social das mulheres são fundamentais para que elas possam romper o ciclo de violência doméstica e familiar.

Apesar da manutenção dos padrões de desigualdade que hierarquizam os gêneros, promovem a violência e, mantém a disparidade salarial, há uma crescente presença feminina nas lutas políticas e sociais. Destacam-se formas inovadoras de organização da juventude nas comunidades e territórios, despertando cada vez mais cedo para a luta feminista.

O protagonismo feminino se expressa através de muitas formas associativas e organizativas, incluindo as instituições políticas, responsáveis pela condução dos rumos das cidades. Esse protagonismo age em contraponto às estratégias que mantêm hierarquias de gênero, como o caráter de assistencialismo das políticas públicas, passando a reivindicá-las como direitos.

Dessa forma, a interseccionalidade entre as políticas sociais e, as lutas da população organizada, em especial das mulheres e da população negra, podem promover avanços vitais para a sociedade e estratégias de resistência nos tempos atuais, os quais vem sendo profundamente marcados por processos de desumanização, expressos, especialmente, pela violência e pelo racismo estrutural.

